



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL

São Paulo, de de 2015

CC-ATL nº 511/2015

Senhor 1º Secretário

Tendo em vista o disposto no artigo 20, inciso XVI, da Constituição do Estado, venho transmitir a essa ilustre Assembleia, por intermédio de Vossa Excelência, manifestação a respeito da matéria relativa ao Requerimento de Informação nº 255/2015, do Deputado Enio Tatto.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

Edson Aparecido dos Santos
SECRETÁRIO - CHEFE DA CASA CIVIL

A Sua Excelência o Senhor Deputado Enio Tatto, 1º Secretário da Egrégia Mesa da Assembleia Legislativa do Estado.



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE GABINETE DO SECRETÁRIO

São Paulo, 21 de outubro de 2015.

Ofício G. S. Nº 4.787/2015
Proc. SIALE/SES Nº 299/2015

Senhora Procuradora,

Confirmo o recebimento da Mensagem Eletrônica (Processo ATL Nº 255/2015) que encaminhou, para manifestação desta Secretaria de Estado da Saúde, o Requerimento de Informação Nº 255, de 2015, de autoria do Deputado Enio Tatto, para que preste as seguintes informações:

Sabe-se que existem políticas públicas relacionadas com portadores de DST/Aids, evidenciando-se o Programa Estadual de DST/Aids (PE-DST/Aids). Neste contexto, questiona-se?

1. **A presente Secretaria faz o Censo desta especificidade?**
 - 1.1. **Qual é a frequência da coleta de dados?**
 - 1.2. **O Censo é realizado de modo regionalizado?**
 - 1.3. **Qual é o histórico? Desde quando os dados vêm sendo coletados?**
 - 1.4. **Qual é a forma de coleta e análise dos dados?**
 - 1.5. **Quais indicadores são utilizados?**

2. **Quais são as ações que a Secretaria promove?**
 - 2.1. **Tais ações estão relacionadas ao Censo?**
 - 2.2. **Existem outros mecanismos de controle e de conhecimento do vírus?**
 - 2.3. **Quais são as campanhas realizadas pelo Estado? Elas são regionalizadas?**

3. **Quantas pessoas atualmente, no Estado, possuem o vírus?**
 - 3.1. **Como é feito o controle e o acompanhamento dessas pessoas?**

Sobre o assunto, após consultar o Centro de Referência e Treinamento – DST/Aids e o Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE) da Coordenadoria de Controle de Doenças (CCD), órgãos responsáveis desta Pasta, apresento as seguintes informações sobre as questões formuladas:

- O **Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica (SNVE)** foi instituído no Brasil em 1976, por meio da Lei 6.259/75 e do decreto 78.231/76. Entende-se por **Vigilância Epidemiológica** *“Um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos” (Lei 8080)*. Por sua vez, **Notificação** é a *“comunicação da ocorrência de determinada doença ou agravo à saúde feita à autoridade sanitária por profissionais de saúde ou qualquer cidadão, para fins de adoção de medidas de intervenção pertinente (Brasil, MS, SVS,p.21)* .

- A **última lista de doenças de notificação compulsória (LDNC)** foi regulamentada pela Portaria ministerial nº 1.271 publicada no DOU em 06/06/14.

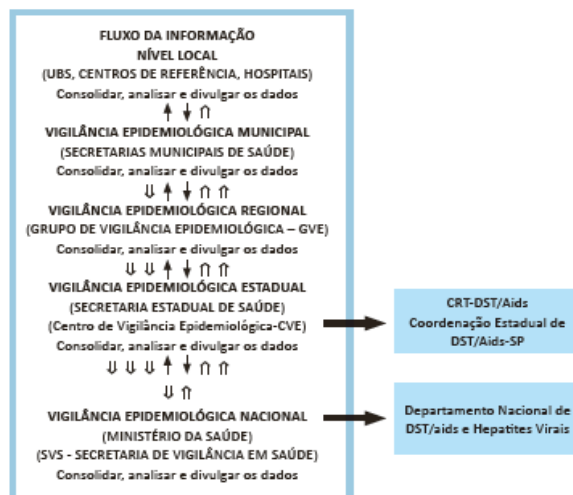
- O **instrumento** utilizado para a notificação dos casos é a ficha de notificação e investigação (FNI). As fichas são digitadas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação Compulsória (SINAN).



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE GABINETE DO SECRETÁRIO

- Assim como outros agravos de notificação compulsória, os casos de DST/Aids (HIV, aids, gestação do HIV, criança exposta a transmissão vertical do HIV, gestação com sífilis, sífilis congênita, sífilis adquirida em adultos, acidente com material biológico em profissionais de saúde) também fazem parte da LDNC, e são digitados no Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN).
- Os dados informados no SINAN são revisados, reinvestigados se necessário e analisados em todos os níveis de vigilância epidemiológica.
- As informações produzidas, além de permitir o monitoramento de indicadores de saúde, presentes no pacto pela saúde, também subsidiam as ações de controle e prevenção das DST/Aids no Estado.
- O envio das notificações para o nível federal segue um fluxo estabelecido: é realizada notificação em ficha de notificação específica de cada agravo; os dados são digitados no SINAN no próprio serviço de saúde que atendeu o indivíduo ou no serviço de vigilância municipal; as informações são enviadas via lote semanal para a regional de vigilância da SES- Grupo de Vigilância Epidemiológica (GVE), que envia para o CVE-SES-SP e este para a Secretaria de vigilância em Saúde do MS (Figura 1).
- As vigilâncias municipais, regionais, estaduais e nacionais tem a responsabilidade de analisar, consolidar e divulgar as informações geradas pelo SVE. O Programa Estadual de São Paulo publica anualmente o Boletim Epidemiológico das DST/aids desde 1984 (Figuras 2 e 3). Os dados contidos nesta publicação são fundamentais para orientar a política pública para DST/aids no estado. O boletim completo encontra-se disponível no link:
<http://www.saude.sp.gov.br/resources/crt/vig.epidemiologica/boletim-epidemiologico-crt/boletimepidemiologico2014.pdf>

Figura 1. Fluxo de Informação para notificação das DST/ Aids no SVE-SP





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE GABINETE DO SECRETÁRIO

Figura 2. Boletim Epidemiológico DST/Aids 2014 - dados 30/06/2014, pode ser acessado no link:

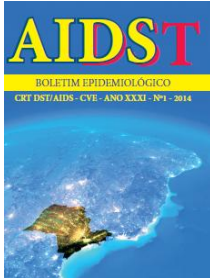
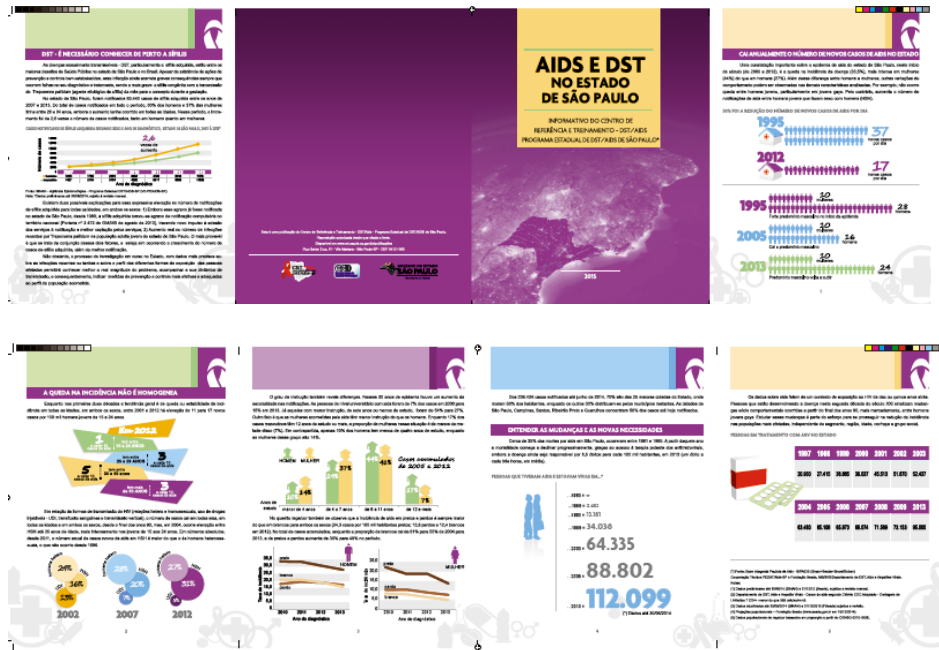
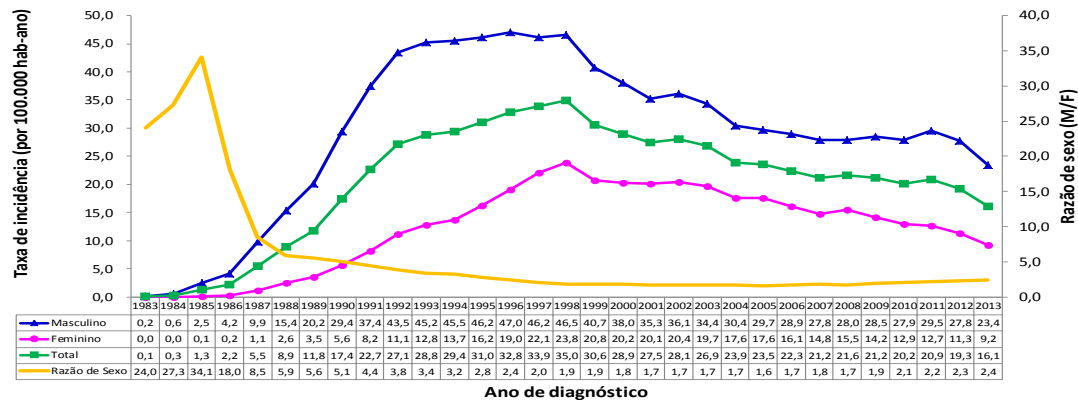


Figura 3. Informativo do Programa Estadual de DST/Aids de São Paulo- 2014



- De 1980 a 30/06/2014 foram notificados **236.434** casos de aids no Estado de São Paulo. Deste total **114.434** pessoas vivem com aids em final de 2012. A taxa de incidência de aids em 2013 foi de **16,1** casos de aids por 100.000 mil habitantes no ESP e a taxa de mortalidade **6,5** óbitos por aids para cada 100.000 mil habitantes (Figuras 4 e 5).

Figura 4. Taxa de incidência de aids por 100 mil habitantes-ano* segundo sexo e relação masculino/feminino por ano de diagnóstico, estado São Paulo, 1983 a 2013**



Fonte: Base Integrada Paulista de Aids (BIPAIDS) - Cooperação Técnica PEDST/Aids-SP e Fundação Seade, MS/SVS/Departamento
* Utilizada projeção populacional da Fundação Seade
** * Dados preliminares até 30/06/14 (SINAN) e 31/12/12 (Seade), sujeitos a revisão mensal



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE GABINETE DO SECRETÁRIO

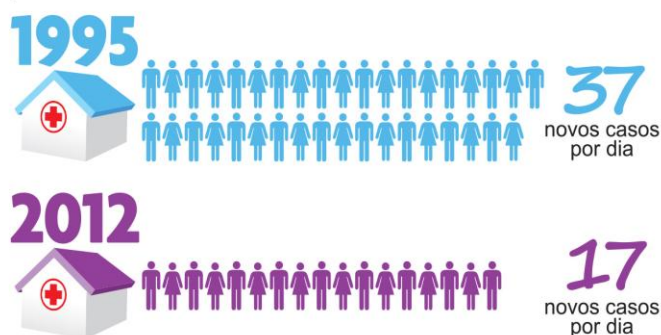
- O Centro de Referência e Treinamento DST/AIDS (CRT-DST/AIDS), sede da Coordenação do Programa Estadual DST/AIDS, é um órgão vinculado à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, criado em 08 de março de 1988. Trata-se de uma unidade de referência que tem por finalidade elaborar e implantar propostas e normas relativas às DST/AIDS, no campo da assistência, vigilância epidemiológica e prevenção, além de elaborar programas de formação, treinamento e aperfeiçoamento, no âmbito do SUS/SP e desenvolver e apoiar pesquisa científica em seu campo de atuação e promover o intercâmbio técnico-científico com outras instituições nacionais e internacionais no âmbito do Estado de São Paulo. Tem ainda a finalidade de prestar assistência hospitalar, ambulatorial e domiciliar, assim como assistência odontológica ambulatorial, a uma parcela de pacientes com DST/AIDS no Município de São Paulo.
- O CRT DST/AIDS-SP localiza-se no bairro de Vila Mariana, em complexo ambulatorial e hospitalar de 6.189.91 metros quadrados, e conta com cerca de 850 funcionários. Este modelo organizacional que integra o CRT DST/Aids ao Programa Estadual de DST/AIDS é único no Brasil e na América Latina, é especialmente favorável ao desenvolvimento de propostas a serem implementadas na rede de serviço e pesquisas organizadas. É fundamental ressaltar que o CRT DST/Aids trabalha de forma coordenada com outros setores governamentais e em estreita colaboração com as organizações não governamentais que atuam nesta área, para garantir o controle social e os direitos humanos dos portadores de HIV/aids, e conta com serviço de Ouvidoria e Conselho Gestor.
- Missão do Programa Estadual DST/Aids-SP: Diminuir a vulnerabilidade da população do Estado de São Paulo em adquirir Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e HIV/aids; buscar a melhoria da qualidade de vida das pessoas afetadas e reduzir o preconceito, a discriminação e os demais impactos sociais negativos das DST/HIV/aids, em consonância com os princípios do SUS.
- No CRT DST/AIDS-SP (Rua Santa Cruz, 81, Vila Mariana) são oferecidos os serviços de: Ambulatório de Saúde Integral para Pessoas vivendo com HIV/AIDS; Ambulatório de Hepatites Virais; Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) e Ambulatório de Doenças Sexualmente Transmissíveis (oferece atendimento a pessoas com exposição sexual ao vírus HIV); Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais; Unidade de pronto atendimento; Hospital dia; Unidade de internação; Atendimento domiciliar Terapêutico e Paliativo; Unidade de Diagnóstico por Imagem (Radiologia, Ultrassonografia e exames endoscópicos); Laboratório de Análises clínicas e microbiologia e Disque DST/Aids – 0800 16 25 50.
- A Rede de Assistência para DST/AIDS no Estado de São Paulo é composta por: 200 Unidades ambulatoriais HIV/Aids; 130 Centros de testagem e aconselhamento em 95 municípios; 31 Hospitais-Dia; 400 municípios com pelo menos 1 unidade Básica de Saúde realizando teste rápido para diagnóstico de infecção pelo HIV; 470 municípios com teste rápido para diagnóstico de infecção pelo HIV implantados (incluindo maternidades e rede especializada para atendimento às DST/AIDS); Casas de apoio para Pessoas Vivendo com HIV adultos e jovens – 16 casas com um total de acomodações entre as tipo I de 162 e naquelas que oferecem um cuidado mais complexo, denominadas tipo II de 211, e Casas de apoio para crianças são 5 casas, sendo um total de 73 acomodações.
- A Coordenação Estadual DST/Aids começou a realizar a **Campanha Fique Sabendo**, em parceria com os programas municipais, em 2008. Entre 25 de agosto e 05 de setembro/08, foram mobilizadas 1.627 unidades de saúde de 213 municípios. Cerca de 120 mil pessoas fizeram o teste de HIV, durante a campanha.



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE GABINETE DO SECRETÁRIO

- Em janeiro de 2009, o PE DT/Aids em parceria com Programa Nacional realizou testagem rápida anti-HIV na Fashion Week, contabilizando mais de 700 testes. A mesma ação foi repetida no Conjunto Nacional, durante a Semana da Parada Gay, em parceria com Programa Municipal, Instituto Barong e Conjunto Nacional. Foram realizados cerca de 800 testes.
- Em 2010 foram realizados 220 mil testes (15 dias de campanha). Destes, 34 mil testes rápidos. Participaram da atividade 473 municípios, e cerca de 2.500 serviços.
- Em 2011 foram realizados 150 mil testes (9 dias de campanha). Em 2012 foram realizados 150 mil testes (10 dias); em 2013, 241 mil (7 dias).
- Quanto a estrutura assistencial, o Programa Estadual DST/Aids-SP distribui 18 medicamentos anti-retrovirais, totalizando 30 itens, incluindo formulações pediátricas, enviados pelo Programa Nacional DST/Aids. Atualmente, cerca de 104 mil pacientes estão em tratamento com antirretrovirais no Estado. O Estado conta com: 45 pólos de distribuição de medicamentos para aids e 165 unidades dispensadoras de medicamentos para aids.
- Pacientes em tratamento antirretroviral no estado de São Paulo: 95 mil.
- No que se refere a Insumos de Prevenção, foram distribuídos em 2014: 97.933.407 unidades/ano – 52mm de preservativos masculinos; 828.500 unidades de preservativos femininos, e 4.556.000 sachês de gel lubrificante íntimo.
- Para finalizar, os investimentos acima relatados resultaram em respostas significativas no enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS. Entre elas ressaltamos a diminuição da taxa de incidência de AIDS (gráfico abaixo):

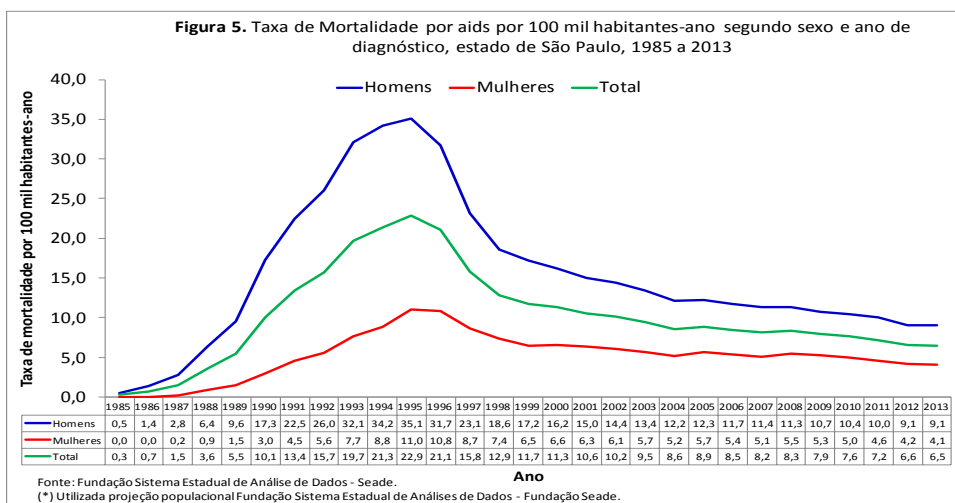
50% FOI A REDUÇÃO DO NÚMERO DE NOVOS CASOS DE AIDS POR DIA





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE GABINETE DO SECRETÁRIO

- A importante queda da mortalidade no estado como demonstrado no gráfico abaixo:

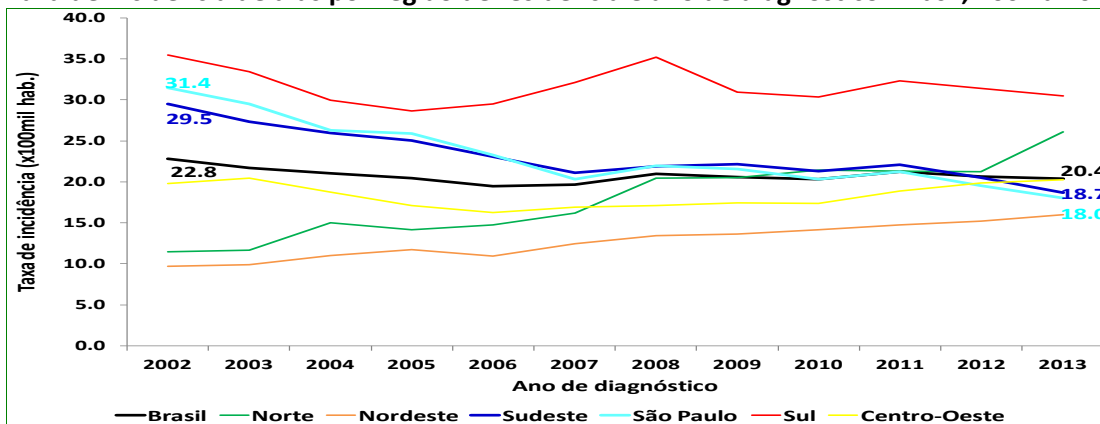


- Tal diminuição resultou no aumento importante do número de PVHIV e melhora da qualidade de vida dessas pessoas como demonstrado no gráfico a seguir:



- É importante ressaltar, que essas respostas positivas não se deram de forma homogênea no país, sendo a região sudeste e mais precisamente o estado de São Paulo o que teve melhor desempenho em relação ao controle da epidemia. Ver gráfico abaixo.

Taxa de incidência de aids por região de residência e ano de diagnóstico. Brasil, 2002 a 2013.





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE GABINETE DO SECRETÁRIO

- O CVE informou, também, que a coleta de dados das Hepatites Virais B e C (HV) se inicia com a notificação dos casos no nível municipal, com o preenchimento da Ficha de Notificação e posterior digitação no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), que os repassam aos Grupos de Vigilância Epidemiológica (GVE) do CVE/CCD/SES-SP. O nível regional de vigilância (GVE), por sua vez, é responsável por retransmiti-los ao Núcleo de Informação em Vigilância Epidemiológica (NIVE/CVE/CCD/SES-SP), que os enviam ao Ministério da Saúde, ficando o DATASUS responsável por os tornarem públicos.
- A coleta de dados das HV, no Brasil, iniciou-se em 1999, quando o MS incluiu a doença na relação de doenças de notificação compulsória. A série histórica do Estado de São Paulo no período 2000 – SET/2015 apresenta os seguintes números: Hepatite B com 40.894 casos notificados e Hepatite C com 70.510 casos notificados, sendo, a análise dos dados, realizadas a cada nível de gestão.
- Os indicadores utilizados pelo Programa Estadual de Hepatites Virais B e C (PEHV) no Estado de São Paulo são: Taxa de detecção de hepatite B e C na população geral, taxa de detecção de cicatriz sorológica de hepatite B e C, proporção de casos notificados por sexo e faixa etária de hepatite B e C, proporção de casos de hepatite B em gestantes, taxa de detecção de hepatite B e C em co-infectados com o vírus HIV, proporção de casos de hepatite B e C segundo a fonte de transmissão, coeficiente de mortalidade por hepatite B e C, entre outros.
- O PEHV da SES-SP coordena ações tanto de vigilância, quanto de prevenção e assistência, cujo planejamento se baseia na análise dos dados dos casos notificados, e como mecanismos de controle e conhecimento da infecção pela população em geral são realizadas campanhas educativas e de testagem, utilizando-se testes rápidos, oferta de exames de sorologia na rotina das unidades de saúde, investigação dos comunicantes e acompanhamento/tratamento dos casos confirmados.
- As campanhas são realizadas pelo nível municipal de gestão, com apoio técnico e disponibilização de insumos pelo nível regional e central do CVE/CCD/SES-SP, nas quais são trabalhadas informações sobre a doença: modo de transmissão, prevenção, diagnóstico e tratamento das mesmas.
- Ao se confirmar o diagnóstico, realizado pela atenção básica de saúde – nível I de assistência, os pacientes são encaminhados para os serviços especializados de saúde – nível II de assistência (Centros de Referência, Serviços Ambulatoriais Especializados, entre outros), que dará continuidade ao atendimento, acompanhando ou tratando quando houver indicação.

Na oportunidade, renovo protestos de estima e consideração.

(assinado no original)

DAVID EVERSON UIP
Secretário de Estado da Saúde

À

Excelentíssima Senhora

Dra. ANADIL ABUJABRA AMORIM

DD. Procuradora do Estado Assessora Chefe da ATL.

JNS